

A relação público-privado na expansão do atendimento à Educação Infantil no município de Teresina-PI

Carmen Lucia de Sousa Lima¹

¹ Universidade Federal do Piauí - UFPI. Departamento de Fundamentos da Educação. Avenida Universitária S/N., Bairro Ininga. Teresina - PI. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: carmenlima5@yahoo.com.br

RESUMO. Este artigo objetiva analisar o avanço do processo de privatização da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Teresina, pela via do convênio com instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica de base documental que se apoiou em teóricos como Adrião e Borghi (2009), Alves e Silva (2014), Arelaro (2008), Bassi (2011), Gil (2008), Montaña (2008), dentre outros. Coloca-se em discussão as contribuições do Fundeb para a expansão da Educação Infantil e os efeitos desse fundo na expansão do atendimento a esse segmento da educação por meio da política de convênios celebrados entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina (Semec) e o terceiro setor através de repasses de recursos públicos convertidos em subvenções sociais por meio de transferências correntes do poder público para instituições públicas ou privadas de caráter assistencial. Ao final concluiu-se que o Fundeb foi um marco regulatório importante que induziu o município a ampliar a oferta de Educação infantil, bem como, contribuiu com o aumento do convênio como estratégia para se ampliar a oferta e cumprir o que determina a legislação.

Palavras-chave: Educação Infantil, Convênio, Expansão.

The public-private relationship in the expansion of the care of early childhood education in the municipality of Teresina-PI

ABSTRACT. This article aims to analyze the progress of the privatization process of Early Childhood Education in the Municipal Education System of Teresina, through the convention with community institutions, confessional and philanthropic non-profit. This is a bibliographic review study that was based on theorists such as Adrião and Borghi (2009), Alves and Silva (2014), Arelaro (2008), Bassi (2011), Gil (2008), Montaña (2008), among others. It discusses Fundeb's contributions to the expansion of Early Childhood Education and the effects of this fund on the expansion of care to this segment of education through the policy of agreements concluded between the Secretaria Municipal de Educação de Teresina (Semec) and the third sector through transfers of public resources converted into social subsidies through current transfers from the public authorities to public or private institutions of care. In the end, it was concluded that Fundeb was an important regulatory reference that induced the municipality to expand the offer of early childhood education, as well as contributed to the increase of the convention as a strategy to expand the offer and comply with the legislation.

Keywords: Early Childhood Education, Convening, Expansion.

La relación público-privada en la expansión del cuidado de la educación en la primera infancia en el municipio de Teresina-PI

RESUMEN. Este artículo tiene como objetivo analizar el progreso del proceso de privatización de la Educación Infantil en la Red de Educación Municipal de Teresina, a través de la convención con instituciones comunitarias, confesionales y filantrópicas sin fines de lucro. Se trata de un estudio de revisión bibliográfica basado en documentales que se basó en teóricos como Adrião e Borghi (2009), Alves e Silva (2014), Arelaro (2008), Bassi (2011), Gil (2008), Montaña (2008), entre otros. Se examinan las contribuciones de Fundeb a la expansión de la Educación Infantil y los efectos de este fondo en la ampliación de la atención a este segmento de la educación a través de la política de acuerdos celebrados entre la Secretaria Municipal de Educação de Teresina (Semec) y el tercer sector a través de transferencias de recursos públicos convertidos en subvenciones sociales a través de transferencias actuales de las autoridades públicas a instituciones públicas o privadas de atención. Al final, se concluyó que Fundeb fue un importante marco regulatorio que indujo al municipio a ampliar la oferta de educación en la primera infancia, así como contribuyó al aumento de la convención como estrategia para ampliar la oferta y cumplir con la legislación.

Palabras clave: Educación Infantil, Convocación, Expansión.

Introdução

As mudanças incidentes sobre a educação desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 representaram, para a Educação Infantil (EI), uma conquista importante, constituindo-se na obtenção de uma legitimidade desse segmento, uma vez que a EI passa a ser reconhecida como a primeira etapa da educação básica.

Para Campos (1999), esse reconhecimento se deu com um certo atraso, visto que já em meados dos anos de 1970, o Brasil foi palco de uma expressiva expansão do atendimento às crianças menores de 7 anos por meio das mais variadas modalidades de serviços, sejam privados, governamentais e comunitários. Assim, o segmento da Educação Infantil foi o que sofreu uma das mais profundas reformas.

Esse ambiente contribuiu com o surgimento de múltiplas redes municipais de ensino, em sua maioria desprovida dos insumos necessários para dotar as escolas das condições mínimas de funcionamento que justifiquem a sua autonomia. É, portanto, com esse precário perfil de oferta da Educação Infantil que a dependência técnica e política de escolas e sistemas é reforçada, expondo os municípios a uma série de dificuldades tanto do ponto de vista orgânico quanto técnico, que os

tornam incapazes de elaborar políticas educativas consistentes, obrigando-os a uma dependência político-pedagógica de outros sistemas privados de ensino.

Com o aumento da oferta educacional por parte dos municípios, induzida pela implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que contribuiu com a redefinição do padrão de oferta de educação obrigatória, inicialmente nestes entes federados, a demanda por educação cresceu de forma substancial, recaindo, dessa forma, sobre os municípios as responsabilidades pela melhoria do desempenho nas escolas, atraindo, assim, um *boom* de empresas privadas que oferecem produtos educacionais, visando incidir sobre a ausência de condições objetivas para a elaboração, implantação e avaliação de políticas educacionais, passando a intervir na gestão da educação municipal.

Nesse âmbito levantamos a seguinte problemática: Como se deu a participação do setor privado na gestão das políticas públicas para a Educação Infantil no município de Teresina e quais as formas de subsídios públicos ao setor privado foram empenhadas pelo município, para a expansão da oferta de Educação Infantil?

A partir dessa questão, o presente texto objetiva empreender uma discussão acerca do processo de privatização da Educação Infantil via convênios entre as entidades comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos no município de Teresina, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semec).

Para o desenvolvimento do estudo foram realizadas consultas a fontes documentais como: regulamentações, normatizações e Diários Oficiais do município de Teresina-PI. Os documentos foram igualmente adquiridos em *sites* governamentais e na Secretaria Municipal de Educação do município em tela. No primeiro momento foram analisados os documentos que dão sustentação à política de Educação, tanto do ponto de vista macro quanto micro. No segundo momento, discutiu-se a oferta da Educação Infantil no município em questão, por meio das despesas realizadas com a EI, incluindo as formas de subvenções sociais e os convênios celebrados a partir da relação público/privado.

Para Gil (2008) a pesquisa documental, geralmente, utiliza-se de registros cursivos, que são persistentes e continuados. Temos como exemplos clássicos desse tipo de registro os documentos elaborados por agências governamentais.

Na sequência, foi feita uma discussão acerca do processo de privatização da Educação Infantil no Brasil, ao tempo em que realizou-se uma análise acerca da evolução do atendimento em creches e pré-escolas da Rede conveniada (Comunitárias, confessionais e filantrópicas) com o município de Teresina-PI, com enfoque sobre os aspectos relacionados à política voltada para a EI, sobre a expansão da oferta em creches e pré-escolas e quais as estratégias utilizadas pelo município para garantir essa expansão, considerando a série histórica 2006 a 2016, que corresponde ao ano anterior à implantação do Fundeb e à universalização do atendimento na pré-escola, respectivamente. Para tanto, foi utilizada a Base de Dados do *Site* do Inep para extração dos microdados do Censo Escolar de 2006 a 2016; depois de compilados em quadros, tabelas e gráficos, foi possível descrevê-los e proceder às primeiras análises e inferências.

Por fim, procedeu-se a análise dos dados extraídos dos Diários Oficiais do município de Teresina-PI, dos quais identificou-se os repasses financeiros transferidos pelo município via subvenções sociais a instituições de caráter assistencial sem fins lucrativos por meio de conveniamento que resultaram em ações

voltadas para a EI, com o propósito de ampliar a oferta e melhorar o atendimento.

O avanço do processo de privatização da Educação Infantil

Os avanços legais obtidos pela legislação vigente não foram suficientes, visto que, além dos tradicionais convênios do Poder Público municipal com instituições sem fins lucrativos para o atendimento em creches, novos arranjos vêm se desenhando. Ao analisar o processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo, Adrião e Borghi (2008, pp. 99-100) consideram que a

...tendência de consolidação de parcerias/convênios entre municípios paulistas e a iniciativa privada venha sendo induzida pelos processos de descentralização da educação pública paulista, cuja principal medida foi a municipalização do ensino fundamental introduzida no Estado de São Paulo mais enfaticamente a partir de 1996.

Cumprido salientar que esse processo se consolidou com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), ao priorizar o ensino fundamental, ampliando, assim, as responsabilidades dos municípios. Em análise das consequências de políticas descentralizadoras para a oferta do ensino fundamental no Brasil, Adrião e Borghi (2009) apresentam informações que

indicam alterações nos padrões de oferta da educação básica na educação pública do estado de São Paulo gerando, assim, profundas mudanças tanto na problematizada divisão de responsabilidades entre estados e municípios quanto nas estratégias adotadas por estes últimos para arcar com tamanha responsabilidade. Somado a isso, as autoras consideram, ainda, a baixa capacidade tributária da maioria dos municípios brasileiros, que em face disso possuem uma relação de dependência econômica com outros entes federados, na medida em que necessitam de repasses advindos destes últimos para atender às demandas relacionadas à oferta educacional.

A propósito dessa discussão, Cury (2002) problematiza a política de privatização no âmbito da educação básica, ressaltando que o repasse de responsabilidades entre os escalões de poderes públicos sem o suporte financeiro adequado implica redução da capacidade de atendimento da demanda e acentua que, nesse âmbito, há sérios comprometimentos em relação à EI e à educação de jovens e adultos, pois, para este autor, tais comprometimentos conduzem a uma apropriação por parte do setor privado, especialmente, por meio de parcerias, convênios ou terceirizações dos espaços

que, por dever, deveriam ser ocupados pelo Poder Público.

Arelaro (2008) considera que a regulamentação do Fundeb contribuiu para a consolidação da tradição de convênios e parcerias entre o setor público e privado na oferta de EI, para o pouco empenho das esferas públicas em construir alternativas de atendimento diferentes das que vêm sendo consagradas como as mais ágeis e viáveis para o atendimento emergencial das crianças pequenas, assim como para a significativa desresponsabilização do Estado pelo atendimento educacional direto.

No âmbito da Educação Infantil, os processos de privatização foram fortalecidos pela política de financiamento da educação. Conforme apontam Oliveira e Borghi (2013), no período de vigência do Fundef houve aumento considerável no número de municípios paulistas que passaram a subsidiar instituições privadas para a oferta de EI.

Adrião et al. (2009) chama a atenção para a pulverização da oferta da EI e a caracteriza como uma das consequências da transferência de responsabilidade e gestão da educação para as esferas municipais, responsáveis pelo surgimento de inúmeros arranjos que buscam responder às demandas educacionais (por acesso e qualidade), sendo redirecionadas a

estruturas pouca aparelhadas e com insuficiência de recursos nos municípios. Diante disso, o MEC, a partir de um novo esforço de regulação, instituiu em 2007 um programa de apoio técnico e financeiro aos municípios com piores desempenhos, desde que aderissem às medidas de responsabilização (*accountability*) previstas no Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Além disso, o despreparo técnico dos municípios e o arcabouço legal que regula a gestão pública – como a Emenda Constitucional nº 19, aprovada em junho de 1998, e, no caso dos municípios, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000, que delimitou os gastos do poder público ao fixar em 60% dos orçamentos públicos os gastos com pessoal – servem de estímulo aos municípios pela terceirização dos serviços.

Contribuindo com essa discussão, Arelaro (2008) lembra que o financiamento da educação de crianças pequenas via convênios, em especial de crianças de 0 a 3 anos, é fruto de uma iniciativa proposta pela já referida EC nº 19/98, que reformou o Estado brasileiro, restringindo, assim, a sua ampliação, ao tempo em que introduziu, pela primeira vez na história republicana do país, o conceito de “público não-estatal” como expressão sinônima de interesses públicos, legitimando e

incentivando propostas de contratos de gestão público-privada autorizando, dessa forma, a transferência de responsabilidades próprias do poder estatal para a esfera privada e com o investimento de recursos públicos.

Nesse contexto de Reforma do Estado, Peroni (2008) explica que as estratégias implantadas no país foram, principalmente, a reestruturação produtiva, a globalização, o neoliberalismo e a terceira via apontadas como resposta dos setores hegemônicos à crise do capitalismo, bem como a uma suposta ineficiência administrativa do Estado, considerado pelos capitalistas como centralizador e interventor, ao apresentarem como proposta a lógica gerencial e mercadológica. Tais reformas foram orientadas pelas mudanças no padrão de organização da sociedade capitalista, adaptadas para um conjunto de reformas que envolveram o Estado, o desenvolvimento e as políticas de cunho social. Logo, as reformas, implementadas em mais de uma década, não se deram isoladas e nem mesmo simultâneas.

Essa concepção é compartilhada também por Adrião e Borghi (2008), que identificam, ainda, três estratégias que têm orientado as reformas do Estado brasileiro, quais sejam: privatização, terceirização e publicização. Tudo isso se traduz na

crescente ampliação dos processos de privatização da gestão de instituições públicas, mediante a mercantilização dos serviços educacionais nas mais diversas formas e modalidades, com o fortalecimento do papel da sociedade civil como espaço filantrópico, composto por empresários nacionais e de empresas multinacionais no Brasil (Silva & Peroni, 2013).

A setorialização da realidade social serve para escamotear o caráter contraditório, ainda mantido pelo Estado, qual seja, a socialização da produção e apropriação privada do produto, reforçando, assim, um Estado a serviço dos interesses do capital e, ainda, a transmutação da sociedade civil em terceiro setor, no qual as organizações públicas não-estatais protagonizariam voluntariamente a função social e constitucional do Estado, via filantropia (Montaño, 2008).

Entre o segundo e o terceiro setores, existe atualmente a iniciativa pioneira do “Setor Dois e Meio”, um modelo especial e eficiente de gestão de empresas (que pertencem ao Segundo Setor) para gerar impacto social (finalidade do Terceiro Setor), criando um modelo inovador, denominado de “Empresa Social”. Nessa perspectiva, tal inovação procura demonstrar que uma empresa não necessita

ter como fim exclusivo o lucro. Isso significa que uma empresa pode ser socialmente responsável e voltada para o terceiro setor, enquanto modelo de negócio, na medida em que seu objetivo pode ser atender a um especial interesse social. Assim, “o negócio social exige uma atividade cujos produtos e serviços produtivos e lucrativos estejam alinhados com objetivos sociais. Em outras palavras, que estejam focados na geração de impacto social positivo” (Grazzioli, 2015, p. 1). Exemplo de Setor Dois e Meio poderia ser uma Escola Comunitária que cobra uma taxa simbólica por aluno somente para o custeio referente à manutenção da escola e ao pagamento dos salários dos professores, sem, contudo, visar o lucro exagerado para o setor.

Nesse âmbito, convém destacar que a expansão da política de convênios entre a esfera pública e a privada é uma resposta à ausência do Estado na oferta direta da EI. Nas palavras de Adrião et al. (2009b), esse formato de oferta implica total ausência do poder público no que se refere ao atendimento a essa etapa de ensino ou na coexistência de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos subsidiadas por recursos públicos. Isso porque, de acordo com Corrêa e Adrião (2010), os convênios são alternativas de baixo custo que têm expandido, ocasionadas, por um

lado, pela escassez de recursos públicos direcionados às entidades privadas, ainda que sem fins lucrativos, por outro, ao destinar cada vez mais recursos para essas instituições, mais o poder público se esquivava do seu papel de investir e ampliar sua rede própria.

Essa tendência se confirma em estudo desenvolvido por Bassi (2011, pp. 122), sobre o financiamento da EI em creches e pré-escolas públicas e conveniadas em seis capitais brasileiras, ao afirmar que era de se esperar que:

...as prefeituras, diante do elevado custo de manutenção das creches públicas, não coberto pelo FUNDEB, e da obrigação legal de atender à demanda crescente da população pela Educação Infantil, sejam induzidas a investir na expansão do conveniamento – menos oneroso para os cofres públicos, mas com a contrapartida de um atendimento precário.

Particularmente, importa ressaltar que o conveniamento não está relacionado à qualidade da educação, mas sim ao processo histórico de constituição da EI no Brasil, cuja concepção foi a de que, para as classes sociais menos favorecidas, qualquer tipo de atendimento seria suficiente. Com efeito, os sistemas públicos de ensino fazem a opção pela oferta de vagas em creches e pré-escolas via instituições conveniadas, por considerarem alternativas de menor custo.

Consoante Adrião et al. (2014), o avanço do processo de privatização da EI no Brasil é uma tendência que vem se confirmando em vários municípios brasileiros por meio da transferência de subsídios públicos para instituições privadas pelos mais diversos tipos de arranjos e estratégias, como aquisição de Sistemas Privados de Ensino para redes públicas e adoção de assessorias privadas para a gestão da escola ou de redes públicas. A esse respeito, pesquisas recentes, realizadas por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (Greppe) vinculado à Universidade Federal de Campinas (Unicamp), pontuam que, no início deste século, os estudos acerca da temática se acentuam, na medida em que novos arranjos são identificados, nos quais os subsídios públicos não se restringem a instituições sem fins lucrativos, mas abrangem instituições privadas com fins lucrativos (Domiciano, 2009; Adrião e Borghi, 2009; Adrião et al., 2009; Adrião, Borghi e Garcia, 2011; Adrião, Borghi e Arelaro, 2009). A exemplo disso, o Programa Bolsa Creche de Piracicabaⁱ e o Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), popularmente conhecido como Programa “Nave-mãe”ⁱⁱ, objetos de estudos desenvolvidos por Domiciano (2009), respectivamente se

constituem em modelos inovadores de parcerias, uma vez que incluem a subvenção pública a instituições privadas com fins lucrativos.

De acordo com o Censo organizado pela Rede Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)ⁱⁱⁱ, nos últimos dez anos (2008-2017), a presença de setores privados vinculados a grandes corporações atuando no campo educacional foi também identificada, já que a educação figura como o principal tema da Rede Gife, cujo levantamento apresenta crescimento de 11% no período (Gife, 2016). Ainda de acordo com o referido censo, as ações executadas ou financiadas pelos associados Gife, apesar de estarem concentradas na região sudeste, apresentam uma tendência de descentralização territorial do investimento social realizado. O principal foco de atuação das iniciativas existentes envolve, em sua maioria, a capacitação de professores, seguida da adoção de materiais didáticos e livros, dentre outros investimentos como construção, reforma ou manutenção de escolas (Adrião, 2017).

Outrossim, Adrião et al. (2014, pp. 132-133) chamam a atenção para o surgimento de pesquisas recentes sobre a temática em estudo, as quais

...identificam novos arranjos, em que os subsídios públicos não se restringem a instituições sem fins lucrativos, mas também abrangem

instituições particulares, com finalidades lucrativas. O Programa Bolsa Creche de Piracicaba, por exemplo ... ‘inova’ no modelo tradicional de parcerias, incluindo a subvenção pública a instituições privadas com fins lucrativos.

Esses novos arranjos ganharam corpo após a divulgação, em 2009, do documento “Orientações sobre convênios entre Secretarias Municipais de Educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta da Educação Infantil”. Tal documento constitui-se em instrumento de normatização, orientação e regulação dos convênios celebrados entre as prefeituras e essas organizações, cujo objetivo é:

Orientar secretarias e conselhos estaduais e municipais de educação nas questões referentes ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade, realizado por meio de convênio da Prefeitura/Secretaria Municipal de Educação com instituições privadas, sem fins lucrativos, comunitárias, filantrópicas e confessionais (SEB, 2009b).

Assim, os parâmetros legais para o repasse de recursos públicos da área educacional, definindo as obrigações das instituições conveniadas em relação ao serviço a ser prestado à população, foram decisivos na regulamentação da política de convênios. Isso se deve, certamente, ao reconhecimento da presença relevante dos convênios na gestão da política de EI dos municípios e à necessidade de regulação pela política nacional (Lima & Silva, 2017). São essas políticas que vêm sendo implementadas no Brasil, mediante a utilização de uma série de arranjos ou estratégias como os convênios firmados entre o poder público e as entidades com e sem fins lucrativos, classificadas em: Comunitária, Confessional e Filantrópica, conforme Tabela 1 representativa a seguir:

Tabela 1 - Matrículas em instituições de ensino infantil (creches e pré-escolas) da rede privada no Brasil (2006-2016).

	Comunitária	Confessional	Filantrópica
2006	115.620	10.786	453.423
2007	127.063	17.898	486.840
2008	166.200	26.576	483.192
2009	173.492	22.903	463.299
2010	148.113	24.526	468.827
2011	175.466	27.793	460.260
2012	125.747	10.418	433.292
2013	177.460	18.506	549.915
2014	175.441	16.856	570.236
2015	176.512	17.672	572.582
2016	173.522	18.452	577.920

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos microdados do Censo Escolar do Inep (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

A Tabela 1 demonstra que, durante a série histórica demarcada na pesquisa (2006-2016), houve uma tendência de manutenção da política de convênios em nível nacional com crescimento progressivo nas instituições comunitárias e nas filantrópicas, sendo que esse aumento foi mais significativo a partir do ano de 2013, pós implementação do programa Brasil Carinhoso (BC), com a criação de ações intersetoriais de enfrentamento da pobreza que impactam a creche e prevê a antecipação dos recursos do Fundeb em 50% para os municípios que matriculem em creches as crianças do Programa Bolsa Família - PBF, conforme MP nº 570/2012.

A pesquisa intitulada - “A Implementação da Política de Creches nos Municípios Brasileiros após 1988: avanços e desafios nas relações intergovernamentais e intersetoriais”, desenvolvida por Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, em 2017, em 6 municípios brasileiros – Farias Brito-CE, Horizonte-CE, Sobral-CE, Tarumã-SP, Votuporanga-SP e Osasco-SP – constata que em 2012, 2.246 municípios aderiram a essa iniciativa (40% dos municípios

brasileiros com 261.890 crianças atendidas, com o recebimento de R\$ 151.074.200,27 referentes à suplementação de 50% do Fundeb). Em 2015, havia 5.419 municípios (97%), com 636.711 crianças e o repasse foi de R\$ 405.749.012,69. As matrículas de crianças do Brasil Carinhoso representam 10%, 17%, 20% e 21% do total de matrículas do Censo Escolar no Brasil, em 2012 a 2015, respectivamente, indicando um aumento do acesso das crianças pobres devido à adesão dos municípios ao BC diferenciada nos estados. Ainda de acordo com o estudo, o Piauí foi o estado onde os municípios, proporcionalmente, mais ampliaram a quantidade de crianças inscritas no BC de 2012 a 2015 (409%) e Tocantins teve o menor crescimento (27%) no período (Cruz, 2017).

Na Tabela 2, apresentamos as matrículas na Educação Infantil (Creches e Pré-escolas) em instituições conveniadas, distribuídas em Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas no período entre os anos de 2006 e 2016, no município de Teresina-PI.

Tabela 2 - Matrículas em instituições de educação infantil conveniadas (creches e pré-escolas) da rede privada de Teresina.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Comunitária	83	838	805	874	850	579	348	162	518	247	208
Confessional	115	128	205	193	152	0	0	0	0	0	0
Filantrópica	4.280	4.315	4.403	3.195	3.199	2.826	2.621	2.745	12.763	17.577	11.701
Total	4.478	5.281	5.413	4.262	4.201	3.405	2.969	2.907	13.281	17.824	11.909

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos microdados do Censo Escolar do Inep (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Verificou-se que houve regressão no atendimento da rede conveniada de Teresina, especialmente nas instituições comunitárias e confessionais, atestando, assim, uma perda significativa nesses espaços, sobretudo no período entre 2011 e 2016, reduzindo em 178,36% o número de matrículas em creches e pré-escolas, respectivamente. Já nas instituições filantrópicas, houve oscilações nas matrículas com aumento crescente no período entre 2014 e 2015 equivalente a 37,71% significando um aumento substancial de matrículas, o que pode estar relacionado à ampliação de convênios apoiados na Lei nº 12.722/ 2012, que prevê o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da Educação Infantil, contribuindo dessa forma com a expansão desse atendimento.

Nessa direção, Alves e Silva (2014, pp. 153) analisam o contexto de implantação do projeto neoliberal nos anos 1990 e seus efeitos na reforma do Estado, que implicaram a introdução de processos de privatização de serviços apoiados no discurso da necessidade de melhorar a eficiência e a eficácia das instituições públicas. Assim é que, no âmbito da EI, esses processos “assumiram uma peculiar sistemática de operacionalização. Esse fato ocorreu, principalmente, devido à sua

materialização por meio da adoção de convênios celebrados entre os poderes públicos e as empresas/instituições filantrópicas”. Para esses autores, o que se vê, atualmente, é uma nova modalidade que se caracteriza por um modelo de escola estruturada no público, mas com o paradigma de gestão da empresa privada.

Repasses, Subvenções Sociais e Financiamento

A distribuição de recursos públicos pelo Fundeb, via transferências para os Estados, o Distrito Federal e os municípios constituem repasse de verba federal pela União a estes entes federados, que repassam a instituições de ensino. Assim sendo, o poder público redistribuirá os recursos, conforme os critérios específicos a cada convênio, às instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, sem fins lucrativos, que tenham celebrado convênio com o poder público.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 53 (EC/53/06), que criou o Fundeb, abrangendo a EI e permitindo o financiamento do setor privado com subsídios públicos, esse processo se intensificou, já que a referida emenda admitiu, ainda, a inclusão do segmento creche (crianças de até 3 anos de idade) no cômputo das matrículas efetivadas nos municípios, via convênio com instituições

comunitárias, confessionais e filantrópicas (Arelaro, 2008).

Nesse sentido, destacamos um aspecto considerado relevante, que foi a passagem da coordenação nacional da política dos convênios da Assistência Social para a Educação (SEB, 2009a), bem como o financiamento da EI incluindo as creches, o que impactou a oferta dessa etapa da educação básica por meio da rede conveniada.

Em relação ao financiamento da EI, vale ressaltar que o percentual de repasse provenientes dos recursos do Fundeb, repassados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios às instituições conveniadas a ser aplicado pelo município, na forma dos convênios firmados, é referente à parcela de 40% do Fundeb.

É importante salientar que conforme prevê o art. 3 do Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007, dentre os critérios estabelecidos, existem aqueles de ordem geral, como o número de matrículas. Desse modo, a transferência de recursos, referentes às matrículas em instituições conveniadas, é realizada para os Estados,

Distrito Federal e Municípios com base no número de crianças dos segmentos de creche, pré-escola e educação especial, informados no último Censo Escolar, da seguinte forma: Município - matrículas em creche, pré-escola e educação especial; Estado - matrículas na educação especial; Distrito Federal - matrículas em creche, pré-escola e educação especial (Alves, 2012).

As instituições municipalizadas por convênios se caracterizam como sendo instituições do terceiro setor (entidades conveniadas com o poder público), envolvendo 14 entidades que mantêm parceria com o município de Teresina, por intermédio de convênios diversos, sendo beneficiadas com as subvenções sociais, conforme tabela a seguir. A Tabela 3 expressa o investimento financeiro por meio de subvenções destinadas pelo município de Teresina às referidas instituições conveniadas (creches).

Tabela 3 - Subvenções sociais.

Ano	Categoria	Valor	Variável	Conveniada
2014	CONV	2.408.477,64	SUBVSOC	Fundação Nossa Senhora da Paz
2016	CONV	2.259.940,80	SUBVSOC	Fundação Nossa Senhora da Paz
2010	CONV	1.246.920,30	SUBVSOC	Clube de Mães do Povoado Tapuia – CMPTAPUIA
2016	CONV	1.089.428,86	SUBVSOC	Fundação Antônio Dante Civiero – Funaci
2011	CONV	965.443,50	SUBVSOC	Clube de Mães da Santa Maria das Vassouras
2016	CONV	193.938,48	SUBVSOC	Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino – Cincacre
2015	CONV	178.800,00	SUBVSOC	Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro

Ano	Categoria	Valor	Variável	Conveniada
				do Reino – Cincacre
2011	CONV	177.000,00	SUBVSOC	Fundação Nossa Senhora da Paz
2013	CONV	177.000,00	SUBVSOC	Fundação Nossa Senhora da Paz
2010	CONV	165.656,93	SUBVSOC	Fundação Francisco Falcão de Carvalho - Fundaf
2011	CONV	134.995,00	SUBVSOC	Fundação Nossa Senhora da Paz
2015	CONV	124.800,00	SUBVSOC	Escola Materno Infantil Padre Pedro Arrupe
2010	CONV	113.226,80	SUBVSOC	Fundação Nossa Senhora da Paz
2014	CONV	98.778,68	SUBVSOC	Fundação Antônio Dante Civiero - Funaci
2014	CONV	67.500,00	SUBVSOC	Centro Social Satélite (CSS)
2013	CONV	64.663,84	SUBVSOC	Fundação Antônio Dante Civiero - Funaci
2016	CONV	54.000,00	SUBVSOC	Centro Social Satélite – CSS –
2011	CONV	52.000,00	SUBVSOC	Fundação Antônio Dante Civiero - Funaci
2011	CONV	44.874,11	SUBVSOC	Fundação Antônio Dante Civiero - Funaci
2010	CONV	43.003,31	SUBVSOC	Fundação Antônio Dante Civiero - Funaci
2011	CONV	26.865,80	SUBVSOC	Ação Social Arquidiocesana - ASA
2010	CONV	25.365,91	SUBVSOC	Ação Social Arquidiocesana - ASA
2014	CONV	13.000,00	SUBVSOC	Escola Materno Infantil Padre Pedro Arrupe
2013	CONV	12.000,00	SUBVSOC	Escola Materno Infantil Padre Pedro Arrupe
2011	CONV	10.000,00	SUBVSOC	Escola Materno Infantil Padre Pedro Arrupe
2011	CONV	9.987,70	SUBVSOC	Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino (Cinacacre)
2010	CONV	9.363,22	SUBVSOC	Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino (Cincacre)
2010	CONV	9.295,85	SUBVSOC	Centro de Assistência e Educação Luterano
2011	CONV	8.536,83	SUBVSOC	Centro Social Pedro Arrupe
2010	CONV	8.006,14	SUBVSOC	Centro Social Pedro Arrupe filial da Associação nacional de instrução
2010	CONV	7.819,51	SUBVSOC	Associação Madre Cabrini das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus
2011	CONV	6.983,76	SUBVSOC	Associação Madre Cabrini das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus
2013	CONV	5.625,00	SUBVSOC	Centro Social Satélite (CSS)
2015	CONV	4.500,00	SUBVSOC	Centro Social Satélite (CSS)
2011	CONV	4.200,00	SUBVSOC	Associação Beneficente das Senhoras da Cidade Satélite
2011	CONV	3.105,40	SUBVSOC	Centro Social Satélite (CSS)
2010	CONV	2.250,00	SUBVSOC	Centro Social Satélite (CSS)
2010	CONV	2.250,00	SUBVSOC	Associação Beneficente das Senhoras da Cidade Satélite
2011	CONV	1.728,65	SUBVSOC	Associação dos Cegos do Piauí (ACEP)
2010	CONV	1.620,56	SUBVSOC	Associação dos Cegos do Piauí (ACEP)
2012	CONV	500,00	SUBVSOC	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro São Pedro

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos Diários Oficiais do Município de Teresina (Teresina, 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016).

Como pode ser observado na tabela acima, fica claro que, somente com as escolas conveniadas, o gasto foi de R\$ 9.833.452,58 entre 2010 e 2016, período em que foram realizados os repasses. Com relação aos valores recebidos por meio das subvenções, quem mais se beneficiou foi a Fundação Nossa Senhora da Paz,

instituição Filantrópica sem fins lucrativos que, mediante o convênio celebrado com a PMT, recebeu durante o período de 2010 a 2016 o valor correspondente a R\$ 5.270.640,24. Contudo, tal instituição oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental. Importa destacar que nesse período houve um repasse substancial de

recursos, sugerindo que após a integralização do Fundeb em 2010, a implantação da obrigatoriedade da etapa de 4 e 5 anos e a aprovação do PME (2015), o município tenha ampliado os convênios com as instituições filantrópicas sem fins lucrativos, visando com isso cumprir o que determina a EC nº 59/09 e o referido plano que estabelece metas de universalização da etapa pré-escolar até 2016 e o atendimento de 50% até o 5º ano de vigência do plano e de 80% até o final do plano.

Nesse âmbito, ao analisar as condições das creches públicas, Oliveira (2016) apresenta dados dos Censos Escolares de 2007 e 2014 sobre as unidades de EI públicas e conveniadas com o poder público localizadas em áreas urbanas e rurais, considerando variáveis como tipo de edificação, dependências e equipamentos, a partir dos parâmetros oficiais que orientam o funcionamento dessas instituições, quais sejam: “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (SEB, 2006)” e os “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (SEB, 2009a)”, ambos desenvolvidos com o apoio da Coordenação da Educação Infantil (Coedi), da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC. Após análise dos dados, o autor constatou, tanto em 2007 quanto em 2014, uma situação mais precária entre as

unidades rurais, sobretudo as municipais. Já em relação à rede conveniada urbana, o estudo apresenta percentuais mais elevados, quando comparados aos da rede municipal, em relação a parque infantil, berçário e banheiro adequado às crianças pequenas; porém, em contrapartida, pouco mais de um quinto dos seus estabelecimentos não fornecem alimentação escolar.

Oliveira (2016) acrescenta, ainda, que esse conjunto de informações, especialmente as dos Censos Escolares, indica que, de certa forma, as condições materiais das creches públicas e conveniadas brasileiras com o poder público têm melhorado nos últimos anos. Contudo, os dados disponíveis são bastante limitados, impossibilitando, assim, uma avaliação que leve em conta as orientações dos parâmetros do MEC e um acompanhamento da ampliação do acesso à Educação Infantil pública que vem ocorrendo de forma mais acelerada.

Considerações Finais

O presente estudo empreendeu uma discussão e análise sobre o processo de conveniamento entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina e o terceiro setor, constituído pelas instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos.

Para isso, adotou-se como metodologia de coleta e análise dos dados, a pesquisa documental, que se apoiou em consultas a fontes documentais como: regulamentações, normatizações, e nos Diários Oficiais do município de Teresina-PI, bem como microdados do Censo Escolar de 2006 a 2016, extraídos da Base de Dados do *Site* do Inep.

A fim de compreender as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil, considerando-a como resultado de múltiplas influências sociais, políticas e históricas, fez-se necessário realizar um breve histórico da Educação Infantil no Brasil. Foi possível, assim, perceber o forte caráter assistencial que permaneceu até 1988, com a promulgação da Constituição Federal, visto que esta passou a reconhecer a Educação Infantil como um direito universal para crianças de 0 a 6 anos, consolidando-se a partir daí um contexto inovador, com a participação dos movimentos sociais na luta pelo direito de homens e mulheres trabalhadores/as terem seus filhos pequenos cuidados e educados em creches e pré-escolas.

Destacou-se ainda, a política de fundos que começou a ser operada a partir de 1997 com o Fundef, e, posteriormente com o Fundeb em 2007, na medida em que a EI configurou-se pela primeira vez no panorama da política de financiamento

educacional, tendo a vinculação de recursos assegurada constitucionalmente. Esse fato anunciou a possibilidade de trazer para essa etapa educativa inúmeras contribuições: o aumento de recursos, a expansão do atendimento, a melhoria da qualidade, o fortalecimento do caráter educacional e, sobretudo, colocou-a em evidência, por um lado. Por outro, induziu a um aumento da oferta educacional pelos municípios, sobrecarregando-os e responsabilizando-os pela melhoria do desempenho das escolas.

Particularmente, sobre a implantação do Fundeb em 2007 e a inclusão da EI neste fundo, os municípios atraíram um *boom* de empresas privadas que oferecem produtos educacionais, objetivando incidir sobre a ausência de condições objetivas para a elaboração, implantação e avaliação de políticas educacionais, além da celebração de vários convênios com instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos para a ampliação da oferta de Educação Infantil, inclusive intervindo na gestão da educação municipal (Arelaro, 2008).

Para além das implicações do Fundeb, outras mudanças se fizeram presentes na EI no município de Teresina no período em análise. O processo de municipalização dessa etapa da educação básica se aprofundou, com um importante

crescimento nas matrículas em creches e pré-escolas e a incorporação, pela Secretaria Municipal de Educação, da quase totalidade das pré-escolas filantrópicas e comunitárias, que eram conveniadas com a extinta Secretaria Municipal da Criança e Adolescente (Semcad). Por certo, esse processo foi reforçado com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 59/09, que tornou parte da Educação Infantil obrigatória (4 e 5 anos), pelo Plano Nacional de Educação e, por desdobramento, pelo Plano Municipal de Educação.

Por sua vez, esses novos marcos regulatórios em torno da Educação Infantil ajudam a compreender, também, alguns dos fatores que induziriam os municípios ao conveniamento como estratégia para se ampliar a oferta e cumprir o que determina a legislação. No município de Teresina, tal realidade não foi diferente.

Referências

Adrião, T. M. F., & Borghi, R. (2008). Parcerias entre prefeituras e esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo? Em Adrião, T., & Peroni, V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate* (pp. 99-110). São Paulo, SP: Xamã.

Adrião, T. M. de F. (2009). Políticas Descentralizadoras para a educação

escolar: dimensões da confluência entre a esfera pública e privada. In Silva, M. V., & Corbalán, M. A. (Orgs.). *Dimensões políticas na educação contemporânea* (pp. 51-56). Campinas, SP: Editora Alínea.

Adrião, T. M. F., Borghi, R., Garcia, T., & Arelaro, L. (2009). *Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: Fapesp.

Adrião, T.M. F., Borghi, R. F., & Arelaro, L. (2009). *Creches conveniadas no Brasil e a tradição na relação público-privado: continuidades e rupturas* (Relatório de Pesquisa). Rio Claro, SP.

Adrião, T. M. F., Borghi R. F., & Garcia, T. (2011). As parcerias público-privadas para a oferta de vagas na educação infantil: um estudo em municípios paulistas. *Revista Bras. Est. Pedag.*, 92(231), 285-301.

Adrião, T. M. F., Bertagna, R. H., Borghi, R. F., Correa, B. C., & Garcia, T. G. (2014). Subsídios públicos para instituições privadas de Educação Infantil: análise de tendências em municípios paulistas. In Silva, M. V., & Medina, S. (Orgs.). *Trabalho docente e políticas educacionais para a Educação Infantil: desafios contemporâneos* (pp. 131-150). Uberlândia, MG: EDUFU.

Adrião, T. M. F. (2017). A Privatização da Educação Básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In Araújo, L., & Pinto, J. M. R. (Orgs.). *Público x privado em tempos de golpe* (pp. 16-37). São Paulo: Fundação Lauro Campos. <https://doi.org/10.19146/pibic-2016-51076>

Alves, T. S. (2012). *Educação Infantil: aspectos políticos e jurídicos nos processos de intensificação do trabalho do educador infantil no município de*

Uberlândia-MG (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

Alves, T. S., & S. M. V. (2014). O público e o “híbrido” na oferta da Educação Infantil: implicações no processo de precarização do trabalho dos educadores infantis. In Silva, S. M., & Silva, M. V. (Orgs.). *Trabalho docente e políticas educacionais para a Educação Infantil: desafios contemporâneos* (pp. 151-184). Uberlândia, MG: EDUFU.

Arelaro, L. R. G. (2008). A não transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In Adrião, T. M. F., & Peroni, V. M. V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate* (pp. 51-66). São Paulo, SP: Xamã.

Bassi, M. E. (2011). Financiamento da Educação Infantil em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, 41(142), 116-141. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000100007>

Campos, M. M. (1999). A mulher, a criança e seus direitos. *Cadernos de Pesquisa*, 106, 117-128. <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000100006>

Corrêa, B. C., & Adrião, T. (2010) Direito à Educação Infantil de crianças até 6 anos enfrenta contradições. *Revista ADUSP*, 48, 6-13.

Cruz, M. C. M. T. (2017). *Implementação da política de creches nos municípios brasileiros após 1988: avanços e desafios nas relações intergovernamentais e intersetoriais* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo.

Cury, C. R. J. (2002). O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectivas. In Oliveira, D. A., & Duarte, M. R. T. (Orgs.). *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica* (pp. s./p.). Belo Horizonte: Autêntica.

Domiciano, C. A. (2009). *O Programa “Bolsa Creche” nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de Recursos estatais à educação privada?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas.

Grazzioli, A. (2015). Nem “Segundo”, nem “Terceiro” Setores, vamos falar de “Setor Dois e Meio”. Recuperado de: <http://escolaaberta3setor.org.br/artigos/nem-segundo-nem-terceiro-setores-vamos-falar-de-setor-dois-e-meio/>

Inep. (2006). *Censo Escolar da Educação Básica 2006*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2007). *Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2008). *Censo Escolar da Educação Básica 2008*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2009). *Censo Escolar da Educação Básica 2009*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2010). *Censo Escolar da Educação Básica 2010*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2011). *Censo Escolar da Educação Básica 2011*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2012). *Censo Escolar da Educação Básica 2012*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2013). *Censo Escolar da Educação Básica 2013*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2014). *Censo Escolar da Educação Básica 2014*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2015). *Censo Escolar da Educação Básica 2015*. Ministério da Educação.

Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Inep. (2016). *Censo Escolar da Educação Básica 2016*. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>

Lima, C. L. S., & Silva, M. S. P. (2017). Atendimento e universalização da Educação Infantil no plano nacional de educação (2014) e no plano municipal de educação de Teresina (2015): do financiamento público à política de convênios. In *V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação. Direito à Educação em um contexto de desmonte do Estado Brasileiro*. Fineduca, Natal-RN.

Montaño, C. (2008) Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do “terceiro setor”. In Adrião, T., & Peroni, V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate* (pp. 27-49). São Paulo, SP: Xamã.

Oliveira, J. dos S., & Borghi, R. F. (2013). Fundef/Fundeb - implicações para oferta de Educação Infantil via convênios/parcerias *EccoS. Revista Científica*, 30, 35-53. <https://doi.org/10.5585/eccos.n30.3684>

Oliveira, T. G. (2016). As condições das creches públicas e conveniadas com o poder público no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Educação*, 71, 63-86. <https://doi.org/10.35362/rie7104>

Peroni, V. M. V. (2008). A relação público/privado e a gestão da educação em

tempos de redefinição do papel do Estado. In Adrião, T., & Peroni, V. M. V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate* (pp. 111-127). São Paulo: Xamã.

SEB. (2006). *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF.

SEB. (2009a). *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

SEB. (2009b). *Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de Educação Infantil*. – Brasília: MEC, SEB. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=407-orientacoes-convenio&Itemid=30192

Silva, M. V., & Peroni, V. M. (2013). As mutações na oferta da educação pública no período pós-Constituição Federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação: ANPAE*. 29(2), 243-262.

Teresina. (2010a). *Extrato de Convênios nº 005/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Clube de Mães da Santa Maria das Vassouras, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 15 de jan. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1322-15012010.pdf>

Teresina. (2010b). *Extrato de Convênios nº 011/2010*. Apresenta o acordo entre a

Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Centro de Assistência e Educação Luterano, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 15 de jan. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1322-15012010.pdf>

Teresina. (2010c). *Extrato de Convênios nº 010/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Centro Social Satélite (CSS), a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 15 de jan. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1322-15012010.pdf>

Teresina. (2010d). *Extrato de Convênios nº 014/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Nossa Senhora da Paz, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 15 de jan. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1322-15012010.pdf>

Teresina. (2010e). *Extrato de Convênios nº 018/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e Associação Beneficente das Senhoras da Cidade Satélite, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI 15 de jan. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1322-15012010.pdf>

Teresina. (2010f). *Extrato de Convênios nº 012/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Associação dos Cegos do Piauí (ACEP), a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 29 de jan. 2010. Recuperado de:

<http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1324-29012010.pdf>

Teresina. (2010g). Extrato de Convênios nº 008/2010. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Centro Social Pedro Arrupe filial da Associação Nacional de Instrução, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 05 de fev. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1325-05022010.pdf>

Teresina. (2010h). *Extrato de Convênios nº 013/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Ação Social Arquidiocesana – ASA, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 05 de fev. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1325-05022010.pdf>

Teresina. (2010i). *Extrato de Convênios nº 016/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Associação Madre Cabrini das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 05 de fev. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1325-05022010.pdf>

Teresina. (2010j). *Extrato de Convênios nº 067/2010*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Clube de Mães do Povoado Tapuia, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 05 de fev. 2010. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1325-05022010.pdf>

Teresina. (2011a). *Extrato de Convênios nº 003/2011*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Clube de Mães da Santa Maria das Vassouras, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina, PI 11 de fev. 2011. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1384-11022011.pdf>

Teresina. (2011b). *Extrato de Convênios nº 014/2011*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Antônio Dante Civiero – FUNACI, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 18 de fev. 2011. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1385-18022011.pdf>

Teresina. (2011c). *Extrato de Convênios nº 014/2011*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Antônio Dante Civiero – FUNACI, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 18 de fev. 2011. Acesso em: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1385-18022011.pdf>

Teresina. (2011d). *Extrato de Convênios nº 012/2011*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Associação Madre Cabrini das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus / Centro da Juventude Santa Cabrini, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 25 de fev. 2011. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1386-25022011.pdf>

Teresina. (2011e). *Extrato de Convênios nº 018/2011*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Nossa Senhora

da Paz, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 25 de fev. 2011. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1386-25022011.pdf>

Teresina. (2011f). *Extrato de Convênios nº 022/2011*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Associação dos Cegos do Piauí (ACEP), a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 11 de mar. 2011. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1388-11032011.pdf>

Teresina. (2012). *Extrato de Convênios nº 002/2012*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e Associação Comunitária dos Moradores do Bairro São Pedro, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 17 de fev. 2012. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1442-17022012.pdf>

Teresina. (2013a). *Extrato de Convênios nº 005/2013*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Escola Materno Infantil Padre Pedro Arrupe filial da Associação Nacional de Instrução-Pedro Arrupe, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 26 de abr. 2013. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1516-26042013.pdf>

Teresina. (2013b). *Extrato de Convênios nº 006/2013*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Centro Social Satélite (CSS), a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 26 de abr. 2013. Recuperado de:

<http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1516-26042013.pdf>

Teresina. (2013c). *Extrato de Convênios nº 007/2013*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Nossa Senhora da Paz, título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina, PI 26 de abr. 2013. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1516-26042013.pdf>

Teresina. (2013d). *Extrato de Convênios nº 014/2013*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Antônio Dante Civiero – FUNACI, título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 26 de abr. 2013. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1519-10052013.pdf>

Teresina. (2014a). *Extrato de Convênios nº 001/2014*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Escola Materno Infantil Padre Pedro Arrupe, filiada da Associação Nacional de Instrução Pedro Arrupe, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 21 de mar. 2014. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1607-21032014.pdf>

Teresina. (2014b). *Extrato de Convênios nº 006/2014*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Escola Fundação Nossa Senhora da Paz, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 21 de mar. 2014. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1607-21032014.pdf>

Teresina. (2014c). *Extrato de Convênios nº 005/2014*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Centro Social Satélite – CSS, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 11 de abr. 2014. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1613-11042014.pdf>

Teresina. (2014d). *Extrato de Convênios nº 015/2014*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Antônio Dante Civiero-FUNACI, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 11 de jul. 2014. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1638-11072014.pdf>

Teresina. (2015a). *Extrato de Convênios nº 001/2015*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino – CINCACRE, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 13 de fev. 2015. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1720-13022015.pdf>

Teresina. (2015b). *Extrato de Convênios nº 007/2015*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Escola Materno Infantil Padre Pedro Arrupe filial da Associação Nacional de Instrução – PEDRO ARRUPPE, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 13 de mar. 2015. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1730-13032015.pdf>

Teresina. (2015c). *Extrato de Convênios nº 010/2015*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de

Teresina-PI e o Centro Social Satélite – CSS, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 27 de mar. 2015. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1736-27032015.pdf>

Teresina. (2016a). *Extrato de Convênios nº 013/2016*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e o Centro Social Satélite – CSS, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 06 de abr. 2016. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1890-06042016.pdf>

Teresina. (2016b). *Extrato de Convênio nº 017/2016*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Padre Antônio Dante Civiero-Funaci, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 08 de abr. 2016. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1891-08042016.pdf>

Teresina. (2016c). *Extrato de Convênio nº 021/2016*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Fundação Nossa Senhora da Paz, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 08 de abr. 2016. Recuperado de: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1891-08042016.pdf>

Teresina. (2016d). *Extrato de Convênio nº 023/2016*. Apresenta o acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina-PI e a Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino - CINCACRE, a título de transferências de Subvenções Sociais. Diário Oficial Municipal, Teresina-PI, 08 de abr. 2016. Recuperado de:

<http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM-1891-08042016.pdf>

ⁱ Programa que consiste na subvenção pública a instituições privadas com fins lucrativos com um formato de financiamento adotado para a ampliação da oferta de vagas à Educação Infantil, *stricto sensu* e, embora receba o nome de “Bolsa Creche”, financia tanto a creche quanto a pré-escola (Domiciano, 2016, p. 21).

ⁱⁱ Trata-se da materialização da transferência da gestão de equipamentos públicos de Educação Infantil ao setor privado, com subsídio público, no município paulista de Campinas (Domiciano, 2016, p. 22).

ⁱⁱⁱ Rede que congrega o maior número de investidores privados em investimento social no Brasil (Adrião, 2017, p. 25).

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 07/10/2020

Aprovado em: 03/11/2020

Publicado em: 04/12/2020

Received on October 07th, 2020

Accepted on November 03th, 2020

Published on December, 04th, 2020

Contribuições no artigo: A autora foi a responsável por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: A autora declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Carmen Lucia de Sousa Lima



<http://orcid.org/0000-0001-9384-5704>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Lima, C. L. de S. (2020). A relação público-privado na expansão do atendimento à Educação Infantil no município de Teresina-PI. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e10675. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10675>

ABNT

LIMA, C. L. de S. A relação público-privado na expansão do atendimento à Educação Infantil no município de Teresina-PI. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e10675, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10675>